

RESENHA

MOGGACH, Douglas. *The Philosophy and Politics of Bruno Bauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

A maioria conhece Bruno Bauer (1809-1882) pela crítica demolidora que Karl Marx lhe dedicou (com a colaboração de Friedrich Engels), a ele e a seus seguidores mais próximos, num livro inteiro (*A Sagrada Família*) e num capítulo de outro (*A Ideologia Alemã*), como um filósofo “espiritualista”, “idealista”, pouco ligado à realidade histórica concreta, preso aos vícios de pensamento e de linguagem de Hegel, a um modo de pensar em última análise “teológico”. Conhecer Bauer através dessas fontes, porém, é desconhecê-lo quase por completo – embora se possa adivinhar naqueles textos, malgrado Marx, o perfil de um concorrente de peso. Alguns outros conhecerão Bauer – já velho e perdida a fé na Razão e na Revolução – como correspondente de Friedrich Nietzsche (vide o *Ecce Homo*), cuja crítica do cristianismo, no *Anti-Cristo*, deve-lhe com certeza alguma coisa. Ainda outros, por fim, conhecerão Bauer sem sabê-lo: ali onde o hegelianismo reaparece com seu potencial “teórico-crítico” resgatado (v.g., na Escola de Frankfurt), como “poder do pensamento negativo”, de uma razão não amesquinhada pelo “positivismo” (Marcuse), é a senda da crítica baueriana da modernidade burguesa que está sendo retomada, e isso deveria ser reconhecido: Bauer, pai da Teoria Crítica de base hegeliana.

O ateu radical, o crítico do particularismo filisteu e de toda “positividade”, Bruno Bauer, é sem dúvida o filósofo pós-hegeliano a quem melhor cabe a denominação de hegeliano de esquerda, pois, entre aqueles compreendidos sob tal rótulo (como Strauss, Feuerbach, Ruge e Marx), foi ele o que melhor conheceu o pensamento e a obra de Hegel, o que mais se manteve fiel à terminologia e ao estilo do hegelianismo, e que, sem disfarces, mais fiel se manteve ao seu aparato conceitual. A filosofia de Bruno Bauer, que ademais ocupou na maior parte do tempo, em Berlim, o papel de líder da maior parte do “movimento jovem hegeliano” (do Marx principiante, inclusive), representa essencialmente uma leitura, uma “tradução”, radicalizante – para Marx pseudo-radical e empobrecedora – do pensamento do Mestre. Ou, ainda, como talvez tenha parecido ao próprio Bauer durante um certo tempo, representa o desvelamento do caráter integralmente revolucionário e ateu, “crítico”, do hegelianismo original, uma vez bem entendido e depurado de certos compromissos conceituais forçados. Depois de 1850, entretanto, Bauer se afastará cada vez mais das posições do hegelianismo e do esclareci-

mento alemão, e enveredará por vias conservadoras, anti-semitas, “russistas” e anti-modernas – talvez algo não tão surpreendente para quem foi, desde o começo, como diz Douglas Moggach na introdução e na conclusão do seu livro, “o amigo anti-liberal da liberdade”.

Com *The Philosophy and Politics of Bruno Bauer*, Douglas Moggach pode ser considerado como o maior conhecedor, de língua inglesa, da filosofia de Bauer, e seu mais importante comentador fora da Alemanha. Na verdade, talvez mais do que isso, pois os dois grandes pesquisadores anteriores de Bauer, Ernst Barnikol e G. A. van der Bergh van Eysinga, não tiveram até hoje seus materiais integralmente publicados. E Claudio Cesa, estudioso italiano sofisticado e competente, dedicou a Bauer apenas alguns artigos, ainda que preciosos. O trabalho de Moggach é, assim, o livro mais interessante que conheço sobre nosso grande hegeliano de esquerda, que apenas deixa de ser completo por não dedicar mais do que algumas páginas, finais, à fase conservadora, não-hegeliana, de Bauer. O que, entretanto, é uma limitação justificada e deliberadamente assumida pelo autor, que tem como chave de interpretação do pensamento baueriano a caracterização filosófica do seu republicanismo, revolucionário e progressista, que ocuparia, para ele, o centro das preocupações filosóficas e críticas de Bauer... *antes* de sua virada “irracionalista”.

Douglas Moggach, que já esteve, a nosso convite, na Universidade Federal da Bahia, é professor dos departamentos de política e de filosofia da Universidade de Ottawa, Canadá, e estuda Bruno Bauer faz muitos anos, começando pela sua tese de doutoramento, “Ontologia Dialética e Transformação Histórica: o Subjetivismo Revolucionário de Bruno Bauer”, apresentada na Universidade de Princeton, EUA, em janeiro de 1984, através da qual primeiro o conheci, para vantagem de meus próprios estudos sobre os jovens hegelianos. Durante algum tempo, depois de estudar Max Stirner, segui em parte as suas pegadas, até o Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã, onde ambos, eu depois dele e bem mais resumidamente, pesquisamos sobre nosso grande hegeliano, nos arquivos de Barnikol e de van Eysinga, que lá estão. O livro traz justamente os resultados das pesquisas que ele aí fez. Creio poder dizer que a alentada tese de doutoramento de Douglas é a base do seu livro, embora, no livro, ele não mais desenvolva abertamente uma “ontologia dialética”, nem tome Bauer como propriamente “subjetivista”. Mesmo assim, acho digno de registro o virtuosismo filosófico por ele demonstrado, naquele primeiro estudo, na sistematização das categorias de uma “ontologia dialética” presente no hegelianismo, partindo de Aristóteles até a “filosofia clássica alemã”, e revelando em Bauer um desenvolvimento e uma variante particularmente interessantes daquela, uma variante que opera uma reformulação e rearticulação, originais, de suas categorias centrais.

Na tese, portanto, Douglas já deixa ver uma espantosa capacidade para discernir, no interior da emaranhada e abundante obra baueriana, riquíssima de motivos e tematizações filosóficas, especulativas, teológicas, éticas, estéticas, históricas, culturais, etc., o que seria seu arcabouço conceitual, racional, de fundo, constituído pela revisão e pelo rearranjo de sólidas e clássicas categorias filosóficas, como substância, universalidade, particularidade, ato (*energeia*), potência (*dyna-*

mis), fim (*telos*), idéia, necessidade, liberdade, atividade, negatividade, determinação, determinidade, etc. Veja-se, sobre isso, exemplarmente, seja na tese seja no livro, sua leitura do curiosíssimo panfleto de Bauer “A Trombeta do Juízo Final contra Hegel Ateu e Anticristo”, de onde consegue desencavar não apenas a ontologia dialética como também o republicanismo do nosso grande hegeliano de esquerda. Desse modo, como entendo, Douglas leva inteiramente a sério os esquemas conceituais da filosofia clássica alemã, e a grande narrativa histórica, “universal”, dele inseparável, e entende poder encontrar a verdade em alguma variação no seu interior ou em algum desenvolvimento a partir dele – as variações e desenvolvimentos que Bauer e Marx fizeram, mais precisamente.

Além disso, entendo que Moggach, filósofo político de esquerda e marxista, segue, como outros pares seus, canadenses, a inspiração original de C. B. Macpherson. E atribui à noção macphersoniana de “individualismo possessivo” o papel de categoria central de sua elaboração no campo da filosofia política crítica, uma elaboração teórica emancipacionista, que quer representar uma alternativa e uma crítica ao “particularismo moderno”, burguês e liberal, apoiadas, filosoficamente, justamente no idealismo alemão e na sua ontologia dialética. Agora, no *The Philosophy and Politics of Bruno Bauer*, porém, não é tanto a ontologia dialética que aparece contraposta ao individualismo possessivo “burguês”. Mais explicitamente, é o republicanismo universalista, ético, estético e “kantiano”, do hegeliano Bauer. Que aparece, assim, muito justificadamente, como um notável representante do Esclarecimento alemão – alegadamente superior ao Esclarecimento “burguês”, materialista francês (ou empirista inglês), do séc. XVIII, porque enriquecido pelo aporte ampliador, histórico-dialético, da *Vernunft* (Razão) alemã. Em nome da autoconsciência universal, Bauer é um crítico da “fixação na particularidade” que marca igualmente o cristianismo (como um estágio agora superado da autoconsciência do homem), o absolutismo e o liberalismo (o atomismo social e político), aos quais Bauer oporia, como única verdadeira culminação e solução, sua original versão, filosófica, radical, de republicanismo.

É por esse enfoque que Bauer se revela, para desgosto de Marx, um crítico, não apenas da burguesia, como também da “massa”, a qual carregaria, na consciência (mesmo naquela comunista), a marca do grosseiro interesse material imediato, resultado de sua completa imersão numa empobrecedora relação com o sensível. Ainda assim, é espantoso ver em Bauer basicamente a mesma álgebra dialética de Marx (além de inúmeros outros motivos comparáveis), com a autoconsciência universal do homem no lugar do proletariado (e da consciência comunista que lhe corresponde), com basicamente a mesma narrativa histórica e dialética que, no seu percurso, atinge a extrema alienação, na particularidade, nos tempos modernos, como antecâmara da iminente realização, pela Revolução, das potencialidades “genéricas” ou “universais” do homem finalmente liberto e pleno, etc. Do mesmo modo, como me parece, ambas as concepções se nos mostram (a de Bauer mais manifestamente), contemporaneamente, como expressões exponenciais da ambição do sujeito e da razão modernos, daquilo que hoje Habermas e alguns pós-estruturalistas chamam, criticamente, de paradigma da filosofia do sujeito e da consciência.

No *The Philosophy and Politics of Bruno Bauer*, Moggach parte do nascimento do paradigma crítico baueriano, ético e estético, num texto raro, de juventude, “sobre os princípios do belo”, que está incluído no livro como um apêndice, que configura um kantismo transformado pelo conceito hegeliano de história. Mais adiante, depois da morte de Hegel, Bauer notabilizou-se por seus escritos críticos sobre o cristianismo e mais especificamente sobre os evangelhos, inicialmente em resposta à “nova fé” de David Strauss, que o antecedeu; escritos que desembocaram finalmente no mais completo ateísmo e na mais aberta oposição política ao reacionário regime monárquico prussiano (o “Estado Cristão”). É aquela investigação crítica do cristianismo, de suas origens e de seu significado, que Engels, muitos anos depois, vai elogiar e colocar acima da de Strauss, no *Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Assinale-se, ainda, que Bauer, junto com sua crítica “teológica”, é abundante também na elaboração, simultânea, de densos estudos históricos e políticos sobre a Velha Ordem, a Revolução Francesa, a situação política e social contemporânea, na França e na Alemanha, sobre o panorama da Europa no séc. XIX, etc., estudos dos quais Moggach criteriosamente também se ocupa. É, além disso, verdade, como o livro mostra, que a própria crítica baueriana do cristianismo envolve desde logo uma crítica do Estado da Restauração e tem nela uma importante motivação.

O livro de Moggach acompanha o desenvolvimento do pensamento baueriano, de um lado, expondo sua posição filosófica de fundo (a unidade, dialética, de conceito e realidade), e de outro, sua posição filosófica política (ética e republicana universalista) e seu projeto emancipador do “homem”, de alcance eminentemente ético. Ele defende que “podemos identificar um núcleo consistente nos trabalhos bauerianos dos anos 1840, na idéia hegeliana da unidade do pensamento e do ser, do conceito com a objetividade”. E que “essa idéia é a base de republicanismo de Bauer”, uma idéia racional que se realiza no percurso criador que é o processo histórico em seu conjunto, que envolve o poder auto-efetivador da razão e dela mesma, idéia, que, de reguladora, em Kant, passa hegelianamente a constitutiva, em Bauer. O fracasso da “Revolução”, em 1848, por toda a Europa, será, para Bauer, o fracasso da tradição metafísica européia. E aos poucos envolverá também a falência de referências conceituais centrais de seu próprio pensamento, com o desaparecimento da conjuntura que parecia apontar para a iminente instauração do reino da liberdade, para a completa emancipação do sujeito racional autônomo, para o triunfo da razão e da ética universalistas. O “perfeccionismo republicano” de Bauer, sua proposta de autonomia e de auto-cultivo do sujeito, com um duplo alcance ético e estético, individual e social, vai-se então reduzindo a um “desligamento estético”, onde o eu/sujeito, autônomo, integrado e “desinteressado”, veículo da autoconsciência racional, universal e “infinita”, sucumbe ao desengajamento e à passiva contemplação do processo de decadência e de – eventual – regeneração da cultura. O que não impede Bauer de continuar suas reflexões histórico-políticas (além daquelas sobre as origens do cristianismo), surpreendentemente atuais, voltadas, por exemplo, para fenômenos como o “imperialismo” (*sic*) e o enfraquecimento dos Estados nacionais. Ao fim e ao cabo, “o que permanece constante por todo o trabalho de Bauer é um imperativo categórico: nunca ser liberal”.

Esse Bauer “anti-moderno”, mais próximo de Nietzsche e até de círculos anti-semitas e anti-liberais, sempre um analista atento do seu tempo, tendente agora a desprezar os poderes da razão dialética em benefício do sentimento, não interessa tanto a Moggach, e fica à espera de um outro trabalho, de um outro comentador. Mas a bem fundamentada interpretação moggachiana do Bauer dos anos 1830's e 1840's, como republicano universalista radical, permanece uma contribuição fundamental ao conhecimento desse hegeliano em particular e do hegelianismo em geral, bem como uma contribuição ao enriquecimento da reflexão filosófico-política contemporânea. Moggach nos mostra também, de forma clara e consistente, o discurso baueriano mais amplo, de crítica das deformações, peias e limites que a religião, o Estado do *Ancien Régime* e o particularismo filisteu da oposição política do seu tempo (o “corporativismo” burguês e da “massa”) imporiam ao florescimento da subjetividade universal.

Como entendo, Bauer é, de um lado, como disse, um expoente da hipertrofia moderna do sujeito e da razão (e da crença na “História”), talvez o maior deles, e, de outro, um crítico arguto e instigante da modernidade ocidental em suas diversas faces – não apenas da modernidade política, mas do que se pode chamar de modernidade cultural, no sentido mais amplo. Nisso Bauer representa uma espécie de ponte – aproximadora – entre o hegelianismo (ou, pelo menos, o jovem hegelianismo) e Nietzsche. E é isso que Bruno Bauer é essencialmente para mim, e que lhe dá seu notável interesse contemporâneo: uma crítica multifacética da cultura e da modernidade, não apenas – nem talvez primordialmente – política e republicana. Mesmo voltado para a exploração de sua dimensão mais estritamente filosófico-política, e tomando esta com sua dimensão essencial, o belo livro de Moggach não deixa de nos mostrar também, suficientemente, como disse, esse outro Bruno Bauer, o crítico da modernidade, esse Bauer que reputo mais profundo, interessante e atual, que pode ser encontrado freqüentemente nos mesmos textos onde o seu republicanismo é desvendado por Moggach.

José Crisóstomo de Souza
Depto. de Filosofia da UFBA
